



Número: **1017291-18.2020.8.11.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo**

Órgão julgador: **GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA**

Última distribuição : **19/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 2.021,29**

Processo referência: **1002940-44.2018.8.11.0086**

Assuntos: **Municipais, IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Despacho de Citação, Suspensão do Processo**

Objeto do processo: **AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO - Ação de Execução Fiscal n. 1002940-44.2018.8.11.0086 - Código 10746702 - 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Mutum - Objeto: CDAs n. 875/2015, n. 986/2017, n. 3049/2018, n. 4896/2017, referente ao IPTU e outras contribuições - Agrava da decisão que fixou a data de 09/10/2019 como termo de início automático da suspensão do processo e do prazo prescricional previsto no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE NOVA MUTUM (AGRAVANTE)		EDINALDO ORTIZ DOS SANTOS (ADVOGADO) LUCIANA CRISTINA MARTINS TREVISAN (ADVOGADO)	
FELISBERTO SAMUEL DA CUNHA (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72081 977	12/01/2021 14:57	Ofício de intimação	Ofício de intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 15 (QUINZE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor Desembargador(a) MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA – Relator nos autos a seguir mencionados e na forma da lei:

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) 1017291-18.2020.8.11.0000

INTIMADO: AGRAVADO: FELISBERTO SAMUEL DA CUNHA

FINALIDADE: para, no prazo de 15 (quize) dias, apresentar contrarrazões ao Agravo de Instrumento mencionado nos termos do art. 1.019, inciso II, Código de Processo Civil/2015 tudo em conformidade com a r. decisão proferida no mencionado processo que poderá ser acessada conforme instrução abaixo.

OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

Cuiabá, 12 de janeiro de 2021

Secretaria Unificada Cível

(assinado digitalmente; autorizada a assinar pela Resolução nº 18/13, de 17/10/2013)

